

5

O perigo dos pobres: a Revolta do Vintém

5.1

Pensando a Revolta do Vintém

O contexto histórico de mudanças na estrutura política, econômica e social pelas quais passavam a sociedade brasileira do final do século XIX, contribuiu para o desenrolar da revolta de 1880 conhecida como a Revolta do Vintém. Esse movimento, ocorrido no Rio de Janeiro, em janeiro deste ano, por causa do aumento de um vintém sobre as passagens de bonde, marcou um período de contestação ao status quo por vários grupos sociais, entre eles, os setores menos assistidos - os pobres, desempregados e subempregados, os ex-escravos e escravos, ou seja, toda a camada social alijada da participação política no sistema monárquico.

Apesar do descontentamento da população em relação à monarquia, ou mesmo ao Gabinete liberal de Sinimbu, podemos analisar a revolta não como uma reação apenas de revolta contra um ou mais um imposto, mas contra os descontentamentos sobre a forma como a relação do Estado com a população se transformava.

A revolta de 1880 não deve ser analisada, tampouco, como um movimento pró-república nem mesmo como os primórdios da consciência das classes operárias. Nos últimos anos, a historiografia brasileira, voltou-se para as pesquisas acerca das experiências humanas e as tensões sociais geradas no contexto do processo de modernização da sociedade brasileira desde o século XIX. Uma entre as várias preocupações que norteiam as pesquisas recentes encontram-se no interesse sobre a formação da identidade das diferentes classes sociais e na relação estabelecida com o poder constituído. Além de buscar compreender como determinadas realidades sociais são construídas e pensadas num dado contexto histórico.

O importante é resgatar a opinião das pessoas comuns, sua trajetória e suas experiências no contexto das mudanças sociais, pois toda ação social, de acordo com Giovanni Levi (2000)

é o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais (LEVI, 2000:26).

Sendo assim, os indivíduos encontram uma forma de manifestar seus interesses graças às brechas deixadas pelo próprio sistema. As “pessoas comuns” encontram nesse espaço a possibilidade de lidar com as contradições produzidas na sociedade em que vive. Através da observação do motim do vintém, seguiremos essa perspectiva de análise, percebendo as motivações dos populares e o interesse que estava em jogo no período.

A historiografia tradicional não reconhecia a participação das pessoas comuns no cenário político. Segundo tal visão, as massas apareciam, ocasional e geralmente de forma inconsciente, motivadas sempre por questões econômicas. O conformismo da massa, ainda seguindo essa perspectiva, estava relacionado ao controle social realizado pela camada privilegiada da sociedade que mantinha os homens pobres presos numa espécie de cegueira social.

Sobre a ruptura da inércia social, acreditava-se, somente, que seria atingida quando a população pobre alcançasse um nível elevado de consciência política e de identidade de classe. Reconhecendo-se como sujeito político essa poderia, assim, revolucionar a estrutura social. Por isso atualmente critica-se a visão "espasmódica da história" (Thompson, p.150-1998) segundo a qual a população pobre fazia incursões esporádicas na cena histórica, em períodos de perturbações sociais geralmente relacionadas às questões econômicas. As manifestações e ou revoltas, assim, foram tratadas como compulsivas e inconscientes.

Thompson (1998), chamou atenção para o fato de se empregar termos vagos para definir os movimentos sociais organizados pelos grupos menos favorecidos da sociedade. Ao relacionar os movimentos sociais apenas a uma questão de interesses econômicos, diminui-se, em muito, as motivações de tais movimentos,

principalmente, no que se refere à participação das pessoas comuns. Observou, ainda, que em todos os movimentos ocorridos havia sempre uma "noção legitimadora", ou seja, os manifestantes criam estar defendendo direitos ou costumes tradicionais.

No caso, a revolta do vintém foi provocada pelo aumento nas passagens dos bondes em vinte réis ou um vintém. No entanto, as questões que envolveram o motim, estão relacionadas à visão tradicional do Estado quanto às normas e às obrigações sociais postas em prática. Dessa forma, as quatro mil pessoas se reúnem no primeiro dia da revolta no Campo de Santana, no dia 1º de janeiro de 1880, para entregar apenas uma petição a D. Pedro II, não visavam à derrubada da instituição. A pretensão era fazer valer direitos que reconheciam já instituídos. O desrespeito a esses direitos motivou as ações diretas contra o poder instituído.

Mesmo que tais movimentos não possam ser colocados na categoria de movimentos políticos por não representarem um movimento organizado e com reivindicações de uma classe, também, segundo Thompson, não devem ser tratados como "apolíticos", uma vez que existia, nesses movimentos, uma clara defesa dos interesses comuns de um grupo social. Ainda, segundo esse autor, os motins ou as revoltas foram respostas racionais, que não acontecem entre os indefesos ou os sem esperança, mas entre aqueles grupos que se sentem com um pouco de poder para reivindicar direitos. Sendo assim, as revoltas não podem ser tratadas como uma resposta natural aos interesses dos grupos sociais, mas como estratégia coletiva para problemas que os afligia.

Observa-se o mesmo fato nas revoltas ou motins ocorridos na Inglaterra, no século XVII, e esses não são considerados apenas como um movimento momentâneo ligado à carestia dos alimentos. Para Thompson, os motins tinham causas mais profundas relacionadas à própria estrutura da sociedade e a forma como os grupos sociais se relacionavam entre si. Seguindo ainda a concepção de Thompson sobre o assunto, ele não desconsidera a participação popular, ou melhor, percebe que os grupos sociais que se amotinavam, reivindicavam mais do que alimentos. Como agentes da história procuravam defender seus interesses, que ainda não fossem os de uma "classe", mas que continha toda uma visão do que era justo ou injusto nas relações sociais estabelecidas.

Os conflitos sociais foram tratados como movimentos "inconscientes" e "inconseqüentes", posto a dificuldade de os estudiosos identificarem uma classe a frente de movimentos reivindicatórios. Assim, os movimentos anteriores à formação de uma categoria formada por operários eram desconsiderados, porque não conseguiam identificar qual era a verdadeira consciência social dos pobres, dos trabalhadores, e as suas formas de expressão. Muitos movimentos foram convertidos à própria imagem das autoridades de cada época.

Mesmo que não possamos afirmar que a revolta tenha sido organizada pelos republicanos, ou pelos operários, que se serviam dos bondes que percorriam a cidade entre os bairros mais pobres e os locais de trabalho dos grupos desfavorecidos, devemos observar, seguindo a concepção de Thompson sobre classe social, que os participantes do movimento tinham uma experiência comum forjada dentro de um conjunto de relacionamentos sociais, com uma cultura e expectativas comuns dos grupos sociais.

Muitas dessas identidades populares foram forjadas pelas experiências comuns da comunidade. Apesar de Thompson (1979) utilizar o conceito de "hegemonia cultural" para definir a identidade do grupo social que detinha o poder, nesse caso a gentry, em relação à sociedade inglesa do século XVII, na condução dos seus interesses e valores, não deixa de notar que os pobres, camponeses também faziam valer seus interesses.

Assim, a forma como os pobres se relacionavam dentro dessa estrutura social, permitia a criação de uma maneira comum de pensamento sobre o espaço que detinham na sociedade. Dessa maneira, muitas "revoltas" citadas por Thompson tomaram de assalto os ingleses, principalmente, a gentry. Mesmo que não se tratasse de desprezar o domínio desse grupo do poder no período, era uma forma de castigá-lo por alguma ação, que a população julgava infratora dos direitos costumeiros estabelecidos pela tradição. Em muitas revoltas pretendia-se apenas recordar as gentry os seus deveres paternalistas. Então, apesar do poder hegemônico da gentry, isso não impedia que os pobres defendessem seus interesses e visão de mundo.

Como salienta Thompson (1979), as experiências cotidianas, comuns a alguns grupos, relacionavam-se às trocas feitas entre os membros da sociedade. Nesse

sentido os valores e conhecimentos, expectativas de vida, formas de perceber a realidade e os costumes são transmitidas para as novas gerações. As práticas cotidianas eram, então, legitimadas em termos de direito, mesmo numa sociedade tão hierarquizada. As tradições criadas pelas práticas cotidianas perpetuavam-se por transmissão oral, uma vez que a grande parte dessa população não tinha acesso à educação formal. As normas que se definem, diferem-se daquelas normas criadas pelas instituições monárquicas, pois são definidas dentro da própria experiência cotidiana.

Assim, em muitas comunidades nos deparamos com práticas conservadoras e mesmo rebeldes, ou seja, como observou Chalhoub em relação ao tratamento que a população pobre da cidade do Rio de Janeiro dava ao tratamento dos doentes de varíola, pois era uma prática conservadora, transmitida por antigos curandeiros, por isso o autor fez o retorno às práticas relacionadas mesmo às religiões africanas das práticas de cura.

Na cidade, encontraram-se as mesmas práticas realizadas e ensinadas as gerações seguintes, práticas tradicionais que faziam parte do cotidiano dos moradores da cidade onde eram freqüentemente assolados pela doença. Em suma havia toda uma tradição cultural e religiosa que assegurava o conhecimento dessa comunidade e os mantinham ligados. Por isso se rebelaram quando os doutores do império, através da Junta Central de Higiene, propuseram novas formas de tratamento e erradicação da doença. A reação da população foi imediata, porque em nome dos costumes, foram imediatamente contrárias àquelas inovações das práticas no tratamento das doenças.

Para Thompson (1979), as inovações são mais evidentes nos grupos mais favorecidos do que nos grupos mais pobres, uma vez que não se trata de processos sociológicos, e muitas vezes a população mais pobre experimenta como forma de imposição e de apropriação de uma cultura e de forma violenta. Por isso, a população rebela-se em nome dos seus costumes. Por isso, muitas vezes a população recorre, na busca de seus direitos, as regulamentações do próprio sistema, principalmente, aquelas partes que melhor expressam argumentos que favorecem a defesa de seus interesses.

5.2

Relação do Estado e Sociedade

Foi assim, no caso do vintém, no Rio de Janeiro. A princípio, a população se dirigiu até ao Paço com o intuito de o imperador intervir no gabinete de forma a revogar o imposto do vintém. Não era apenas como foi analisado por alguns historiadores o interesse da elite em manter a ordem, também o era, mas naquele momento a população ainda cria na instituição monárquica e reivindicava a autoridade do imperador para uma intervenção no Gabinete em prol dos seus interesses.

A autoridade do imperador advinha das regras utilizadas pela monarquia com o intuito de preservar a ordem submetendo a população livre aos anseios dos grandes proprietários, mas ao mesmo tempo, marcou a figura do Imperador de poder acima dos Gabinetes, o que proporcionava uma certa fé aos poderes isolados de D. Pedro II conferidos através do poder moderador. Mesmo que D. Pedro II, não tenha centralizado todas as decisões políticas do Império, como ressalta Scwarcz (1998), a imagem dele construiu-se no sentido de criar uma confiabilidade entre os súditos e figura pública do monarca.

Como Schwarcz (1998) analisou em sua obra “As Barbas do Imperador”, todo o sistema monárquico é dotado de uma forte simbologia cujo interesse é relacionar a figura do monarca a uma aura maravilhosa. O sentido seria conferir uma elevação ao papel que ele exerce na sociedade, aumentando a crença em um poder diverso e superior à humanidade. O apoio ao sistema monárquico feito pela elite estava relacionado ao interesse em manter a unidade política e garantir a ordem social.

O sistema monárquico brasileiro já demonstrava o interesse na centralização política nas mãos do monarca ao se estabelecer o poder moderador que através dele poderia

nomear senadores, convocar a assembléia, suspender interinamente resoluções dos conselhos provinciais, prorrogar ou adiar assembléias gerais, dissolver a câmara de deputados, nomear livremente ministros de Estado, suspender magistrados, conceder anistia em casos urgentes (SCHWARCZ, 1998:48).

Desse modo, o monarca tinha muita representação na sociedade brasileira, ele, como se dizia na época, governava.

A figura de D. Pedro II foi ao longo do período regencial vinculada como um herdeiro ciente de suas responsabilidades, como monarca. Em todas as representações iconográficas aparecia como o herdeiro do trono, sempre em uniformes e roupas com símbolos reais. Segundo Schwarcz, poucas são as imagens que conferem humanidade a D. Pedro ainda menino, sempre era retratado compenetrado e sóbrio, muitas vezes relacionavam-no a uma pessoa de 40 anos e não a uma criança, pois estavam preparando o futuro imperador do Brasil e construindo suas imagens sóbrias, educadas e pacatas. Principalmente, na década de 1840, período em que a elite política tratou de antecipar a maioridade, preocuparam-se em exaltar sua maturidade precoce para assumir a responsabilidade de governar o país apenas com catorze anos, por isso tratavam de criar uma tradição.

Outro fato que contribui para a compreensão da consolidação e sistema de poder monárquico foi à própria formação acadêmica da elite brasileira que possibilitava uma identidade entre os membros desse grupo. Como já foi visto, o início da formação escolar geralmente era feita por tutores particulares, com essa preparação, os alunos partiam para os liceus ou o Colégio Pedro II, com a conclusão dos estudos no Liceu eles iam, então, para a Europa ou permaneciam no Brasil e formavam-se em Direito ou Medicina, cursos oferecidos pelas Faculdades da Bahia ou do Rio de Janeiro (Carvalho, 1996). Essa identidade na formação da elite refletia-se na vida política, que acabava ingressando na vida pública como deputados, Senadores e mesmo, diplomatas que formavam a burocracia do Estado. A maior parte das decisões políticas partia justamente do Parlamento ou dos conselheiros de Estado e dos próprios ministros formados por essas elites.

A consolidação do Império em parte se deveu, também ao acordo entre os partidos Liberal e Conservador, favorecidos por uma conjuntura econômica favorável à produção de café, a uma homogeneidade de pensamento em função de suas origens comuns e ao interesse em preservar a ordem social. Nas palavras do Ministro da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo, o acordo entre os partidos visava à

manutenção da autoridade e servia a política como base e refletia o interesse desses grupos pelo progresso do país.

Por isso Araújo pretendia realizar um programa em que conservação e progresso se mesclassem, mas sempre de acordo com as instituições monárquicas e constitucionais vigentes. Sendo assim, o Ministério não intencionava uma conciliação de homens, mas de princípios políticos.

Como nas eleições de 1868, os liberais tinham chegado ao poder através de Zacarias de Góis e Vasconcelos, convidados pelo próprio Imperador para formar o novo ministério que substituiu o ministério conservador, esse fato significou uma ruptura do sistema político que vigorava até então, mas o respeito às instituições do império ainda permaneciam.

A revolta ocorrida em 1880, não deve ser tratada como um movimento realizado inconscientemente por uma população desinformada que acompanhava os discursos de republicanos descontentes com o governo monárquico. A revolta, que levou as ruas mais ou menos quatro mil pessoas, segundo o Jornal do Comércio, mostra-se como protesto social considerável, e por isso não deve se perder como se fosse um delito, mesmo que o movimento não tenha sido feito por um povo consciente de seus direitos e reivindicações. De modo que a revolta não deve ser tratada como movimento espontâneo ou planejado com antecedência.

A revolta não seguia um modelo convencional das ações organizadas pelos sindicatos. Nesses movimentos de rua, aparecia alguma liderança, pois não eram feitos às cegas, e essas lideranças apareciam ao longo do processo, como o caso de Lopes Trovão que a princípio foi apontado pelos jornais como um dos líderes do movimento, mas ao longo dos dias seguintes surgem outros à frente do movimento de ruas, desrespeitando inclusive as ordens, ou melhor, as orientações dadas por aqueles que haviam inicialmente movimentado a população. Muitos desses líderes foram aos jornais pedirem que os revoltosos voltassem às casas e mantivessem a ordem. As lideranças que se formaram nos dias subseqüentes, poderiam formar-se a partir da familiaridade com as pessoas da região, onde o conflito se estabelecia, ou mesmo com a demonstração de força física, destreza nas lutas ou na valentia diante das situações perigosas. (Thompson, 1979).

Privilegia-se, hoje, analisar as alternativas encontradas pelas populações pobres de atuarem no âmbito político, sem, contudo, assumir um caráter revolucionário, ou seja, como foi possível na luta cotidiana, romper com os limites impostos pelas classes dominantes e fazer valer seus direitos. O estudo dos movimentos de protesto coletivo não organizado - no sentido de não dirigidos por uma organização estruturada como partido ou sindicato - ganhou maior espaço na obra de Thompson (1998).

Em seu trabalho sobre a cultura popular da Inglaterra do século XVIII, o autor contraria estudos tradicionais no que se refere à interpretação sobre as revoltas populares ocorridas no período. Para os historiadores tradicionais, os movimentos sociais estão intimamente ligados a causas econômicas mais imediatas, tais como o desemprego e as épocas de safras ruins, o que levaria a um período de escassez e fome e, conseqüentemente, a reação da população contra as autoridades.

Essa visão sobre os movimentos sociais aponta para uma perspectiva histórica espasmódica, segundo a qual as pessoas comuns só apareciam ocasionalmente no cenário político estimulado, freqüentemente, por crises de abastecimento. Segundo tal abordagem essas pessoas comuns, seguiam mais o estômago que a consciência; bastava, então, reunir desemprego e aumento de preços para eclodir as perturbações.

Sem perder de vista tais considerações, Thompson (1998) julga-as, no entanto, redutoras, à medida que desconsidera que a população tem uma forma própria de julgar o que é certo ou errado no que se refere às questões públicas. Geralmente, os questionamentos perpassam pela tradição ou pelo costume, ou seja, a forma como julgam e aceitam como “práticas legítimas ou ilegítimas” algumas atividades ligadas ao mercado. Caso, na ótica popular, a tradição ou o costume fossem abalados por novas práticas introduzidas aleatoriamente sem o consentimento daqueles diretamente envolvidos, na análise de Thompson, nas práticas do comércio do trigo, aumentava a indignação e, muitas vezes, ocorriam os motins.

Para o autor, existia nas comunidades inglesas do século XVII, uma noção, baseada nos costumes, do real valor e direito da população sobre o trigo. O desrespeito a tais pressupostos morais era motivo de reação e motim popular. A essa

reação provocada pela alteração de práticas do mercado que julgadas legítimas foi chamada de “economia moral”.

Embora, não tratemos a Revolta do Vintém puramente como uma reação à situação econômica do período e, a sobrecarga que o aumento do imposto talvez criasse no orçamento familiar; utilizamos a perspectiva de Thompson para a compreensão das relações políticas engendradas entre povo e Estado. A forma como essas relações foram articuladas no cotidiano dessa comunidade, a nosso ver, as profundas reações despertadas pelo aumento do imposto, as reivindicações populares junto às autoridades e a própria revolta, que durou quatro dias nas ruas do Rio, conferem um peso mais que econômico ao protesto.

Cabe aqui analisar os aspectos político que o movimento refletia, ou seja, a ruptura ou o enfraquecimento do Estado em administrar as novas questões surgidas diante dessa nova parcela da população que se formava. As formas paternalistas, que muitas vezes foi utilizada pelo Estado para por fim as desavenças políticas da segunda metade do século, eram incapazes de solucionar as novas exigências sociais que surgiam na sociedade moderna.

Mesmo que tais movimentos não apresentassem um caráter nitidamente político e organizado, não poderiam ser classificados tão poucos, como observou Thompson, (1998) um movimentos apolítico, uma vez que se empenhavam na defesa dos direitos, assegurando o bem-estar comum. E muitas vezes, esses movimentos cobravam dos governos a redefinição de seu papel como promotor dos direitos sociais.

Inspirando em Thompson (1998), a perspectiva desse plano de estudo é, então, examinar o Motim do Vintém como um protesto social articulado politicamente e que teve suas origens não apenas relacionados ao fator econômico devido ao aumento das passagens de bonde, mas na maneira como a população pobre da cidade conduzia e articulava suas reivindicações na sociedade escravista.

5.3

A população contra o imposto

Os descontentamentos acerca da lei orçamentária apresentada pelo Parlamento na figura do então Ministro da Fazenda Affonso Celso, número 2.940 - artigo 18, parágrafo 11 do Capítulo III, sobre o aumento do imposto de 20 réis sobre as passagens de bondes que circulavam na cidade com a finalidade de aumentar a receita do Império, somente deveria ser posto em prática a partir do primeiro dia do ano seguinte. O imposto assim foi tratado nesse artigo:

De 20 réis a 1\$ conforme a distância percorrida, por passageiro, sem distinção de classe, que circula nas estradas de ferro de tração a vapor, que tenham subvenção, garantia ou fiança de garantia de juros. As referidas taxas serão extensivas aos passageiros de barca a vapor das Companhias subvencionadas pelo Estado. De 20 réis por passageiro que circular nas linhas férreas da cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios, tramways ou carris urbanos de tração animal ou a vapor. O Governo se entenderá com as empresas, ou companhias a cargo de quem se achar esse serviço, tanto marítimo como terrestre, a fim de regular a arrecadação da taxa de transporte.

A intenção da cobrança do imposto era aumentar a receita governamental, mas o ônus incidiria apenas sobre as passagens e, conseqüentemente, sobre a população já que as companhias que exploravam o serviço seriam isentas da cobrança ou de aumento de qualquer taxa pelos serviços oferecidos à população da cidade.

O imposto sobre as passagens de bondes gerou ampla discussão parlamentar, e se estendeu de maio a outubro 1879, nesse ínterim, esse imposto, sofreu mudanças na proposta inicial encaminhada à Câmara, comum nas questões referentes ao orçamento dos anos 1880 a 1881. Por fim, foi aprovada no artigo 18, com a aprovação definitiva e assinatura desta lei em 31 de outubro de 1879.

A principal justificativa do projeto encaminhado pelo Ministro dos Negócios de Fazenda, Affonso Celso, apresentado à Assembléia Geral Legislativa, em 08 de maio de 1879 era a necessidade de, segundo o próprio Ministro, "... restabelecer o equilíbrio de nossas finanças,... pedir economia e ao imposto os principais meios de ação (...)" ¹

A proposta do Ministro era a criação de vários outros impostos nos quais julgava serem facilmente tributáveis como o tabaco, o sal, o movimento de

¹ Proposta e Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 18ª legislatura pelo Ministro de Estado e Negócio da Fazenda -08 de março de 1879; pp.47,48. RJ- Typographia Nacional.

passageiros e o transporte de cargas pelas estradas de ferro e barcos de navegação, fósforos, medicamentos estrangeiros, gelo, todos como afirmaram tributáveis.

Reconhecia-se, ao mesmo tempo, que esses aumentos gerariam queixas e reclamações mais ou menos fundadas, por não serem populares. Embora se creditasse não haver ainda descoberto nenhum meio que pudesse “guardar completa proporcionalidade com a fortuna do contribuinte, não pesando mais sobre uma classe do que sobre outra, ou deixe de exigir-lhes uma parte de seus haveres...”², o imposto sobre as passagens seria, segundo Affonso Celso, uma das saídas para resolver a situação financeira do império. Mesmo que essas medidas não fossem os meios mais satisfatórios para aumentar a receita, acreditava-se ser o mais eficaz.

Todavia, argumentava-se contra os discursos mais críticos aos impostos, porque “o imposto é uma medicina, senhores, e a medicina trata de curar o doente e não de agradar-lhe. Os químicos hábeis podem dar-lhes uma aparência que admire os olhos, mas o que não poderão dar-lhes, em caso algum, é o gosto agradável”.³

Esse projeto de aumento tributário gerou discussões dentro e fora do Parlamento. A medida polêmica do aumento das taxas sobre mercadorias e serviços sofreu crítica até mesmo do Gabinete Liberal, fato que o Ministro reconheceu ao relatar que “encontra não pequeno número de adeptos a opinião de que para equilibrar-se o orçamento deveréis antes socorrer-nos de operações de crédito, e até, do papel-moeda, do que da elevação das taxas...”⁴.

Desse modo procurava justificar a eficiência do imposto para a saúde do Império. Os impostos, segundo esse discurso do Ministro, deveria ser tratado como uma medida insignificante levando-se em conta os benefícios que teriam após a cura. A medicina, com seus remédios amargos, era a alusão para justificar as cobranças, ou seja, mesmo sendo um remédio ruim, curava. Reconhecia ser um mal necessário.

Dessa forma, a proposta orçamentária para os anos de 1879-1881, do gabinete de Sinimbu, apontada como um remédio ruim, fez aumentar os descontentamentos em relação ao Parlamento. O ambiente já se mostrava muito

² Proposta e Relatório apresentado a Assembléia Geral... op. Cit. P.49.

³ Proposta e Relatório apresentado a Assembléia Geral ...: op.cit. p.48.

⁴ Annaes do Parlamento Brasileiro da Câmara dos Srs. Deputados: sessão de 08 de maio de 1879; p.86. RJ Typographia Nacional.

conturbado uma vez que as discussões iam além do orçamento, discutia-se também a reforma eleitoral, tema muito polêmico no período. Sendo assim, restaria aos políticos, os "chímicos" do império, tornarem a medida mais palatável para a população.

Apesar dos intensos debates gerados na Câmara dos Deputados, no dia 15 de maio de 1879, decidiu-se sobre a taxa de transporte e enviou-se os pareceres orçamentários a apreciação do Senado. A proposta enviada pela Câmara reconhece que

Cobrar-se-á como renda do Estado a seguinte taxa de transporte:

> 1º De 20 a 1\$000 por passageiro de 1ª classe que circular nas estradas de ferro de tração a vapor, conforme a distância percorrida, e metade da taxa para os passageiros de 2ª e 3ª classe.

> As mesmas taxas serão extensivas aos passageiros de carris a vapor, que navegarem ao longo das costas, ou nas bahias, lagoas e rios;.

> 2º De 20 a 200 rs por volume de bagagem em mercadoria despachada, conforme a distância, e nos termos do parágrafo precedente.

Destas taxas não estão isentos os transportes denominados gratuitos.

> 3º 20 rs... por passageiro, que circular nas linhas férreas das cidades e seus subúrbios, tramways ou carris urbanos, de tração animal ou a vapor.

O governo se entenderá com as empresas a cargo de quem se acharem as estradas de ferro ou linhas de carris urbanos, a fim de regular a arrecadação ou cobrança da taxa de transportes.⁵

Dessa forma posto pela Câmara o projeto de lei atingiria a circulação de passageiros desde os que utilizavam transporte férreo ou marítimo proporcionalmente de acordo com a distância ou a categoria de viagem pretendida. Em relação ao transporte na cidade devido às dificuldades na cobrança, incidiria uma única taxa. Cobradas pelas companhias de transporte de bondes que circulavam pela cidade.

Essas emendas à proposta do Executivo chegaram ao Senado no dia 27 de maio, mas somente a partir do mês de setembro, as discussões acerca da cobrança desse imposto iniciaram nessa casa. São feitas, então, novas emendas e novamente

⁵ Annaes do Parlamento Brasileiro da Câmara dos Sr. Deputados: sessão de 21 de maio de 1879; 302-

enviadas à Câmara dos Deputados que irão fazer parte do artigo 18º da lei que fixa as despesas e o orçamento da receita geral do Império para os exercícios de 1879-1880 a 1880-1881.⁸ As disposições finais sobre a lei do orçamento em relação a parte referente aos transportes públicos fixou:

Cobrar-se-á como renda do Estado a seguinte taxa de transporte:

> 1§ De 20 rs a 1\$000, por passageiro sem distinção de classe, que circula nas estradas de ferro de tração a vapor, construídas pelo Estado ou por companhias particulares que tenham subvenção- garantia ou fiança de garantia de juros conforme a distância percorrida.

As referidas taxas serão extensivas aos passageiros de barcas e vapor das companhias subvencionadas pelo Estado.

> 2§ de 20 rs por passageiro que circular nas linhas férreas da cidade do Rio de Janeiro, seus subúrbios tramways ou carrís de tração animada ou a vapor.

> O governo se entenderá com as empresas ou companhias a cargo de quem se acha esse serviço, tanto marítimo e fluvial como terrestre, a fim de regular a arrecadação da taxa de transporte.⁶

Entre o texto proposto pela Câmara ao Senado em outubro e as disposições finais ocorreram algumas mudanças na proposta que não alteravam, no entanto, o projeto inicial. Decidiu-se pela supressão da taxa por volume de bagagens ou mercadorias e, referentes às estradas de ferro e à navegação a vapor que não levariam em consideração a classe nas companhias fundadas pelo Estado, ou em empresas subvencionadas. No entanto, as disposições referentes ao imposto único de 20 réis, que seria aplicado sobre os carris urbanos foram mantidas. As restrições anteriores, quanto ao caráter da empresa que explora os serviços de transporte público não são levados em consideração. O valor único de 20 réis sobre as passagens, seria cobrado tanto nos carris que circulavam na Corte e também nos subúrbios da cidade.

RJ Typographia Nacional.

⁶ Annaes do Parlamento Brasileiro da Câmara dos Srs. Deputados: sessão de 24 de outubro de 1879: pp.386/387.

A cobrança do imposto incidiria sobre os bilhetes que incluíam conjuntamente ao valor da passagem a soma de 20 réis (um vintém). A arrecadação ficaria a cargo da administração das Companhias (art.7º) em nome do governo Imperial. O controle sobre o cumprimento das disposições, também seria feito pelos engenheiros e fiscais dos tramways, mas prestando conta com os membros do tesouro sobre quaisquer irregularidades.

Os valores correspondentes ao imposto do vintém seriam recolhidos mensalmente ao Tesouro. Todo o procedimento deveria ser documentado, informando o número de bilhetes vendidos. Às companhias caberia, ainda, a emissão de cartões ou bilhetes (art. 8º) apenas para serem utilizados para o pagamento de passagens, sendo impresso neles o nome da Companhia, ano da emissão e o valor. O bilhete vigoraria apenas por um ano ficando as companhias responsáveis por novas emissões a partir da data.

Segundo as normas de arrecadação os passageiros receberiam do cobrador um cupom ou recibo como prova do pagamento. O bilhete seria exigido pelos agentes do fisco ou das companhias, caso o passageiro não apresentasse o bilhete quando solicitado sofreria penalidade, pagaria novamente a passagem ou deixaria o veículo conforme os artigos 9 e 10 da lei de arrecadação. As companhias com a finalidade de garantir a cobrança dos impostos contavam com o aparato policial quando fosse requisitado.

O fato movimentou a opinião pública e debates na imprensa da época. Os dois jornais de maior circulação do período, levaram as discussões parlamentares para o público. No dia 27 de novembro de 1879, a Gazeta de Notícias⁷ publicou na primeira página, na coluna regular denominado “Assuntos do Dia”, em que diariamente, publicavam a opinião do jornal sobre os assuntos que julgavam relevantes, um artigo acusando o governo de procurar as companhias de bondes para negociarem a melhor forma de arrecadação do imposto do vintém.

⁷ A Gazeta de Notícias, jornal de circulação na segunda metade do século XIX, por volta de 1880 pertencia ao oficial reformado e ardoroso republicano, Joaquim Pedro da Costa. Participavam da redação do jornal um grupo de republicanos ativistas como: Lopes Trovão, Ubaldino do Amaral, Pedro Tavares, Lourenço Ferreira, Ferreira Vianna, Ferro Cardoso e Joaquim Pernambuco.

Insinuava ainda o editorial, que o governo concederia às empresas a prorrogação dos seus prazos de privilégios. Os discursos proferidos, na ocasião, denunciavam uma conspiração contra a população, realizada por “certos advogados administrativos” que visavam manter acordos com as companhias de bondes, especialmente com a opulenta companhia do Jardim Botânico.

Na opinião do editorial essa prática política prejudicava a população de várias formas, pois além de ser um imposto abusivo, geraria um segundo tributo uma vez que a renovação dos privilégios das Companhias dificultaria a implementação da livre concorrência entre as empresas de carris. A consequência era o aumento do prejuízo daqueles que necessitavam dos bondes, com a cobrança de um imposto indevido e a impossibilidade de escolher menores preços para as passagens.

No entanto, o ataque da Gazeta ao imposto não se estendeu por muito tempo. Logo o discurso ficou mais ameno em relação à questão levantada no dia 27 de novembro. As suspeitas que haviam levantado de que as empresas de bonde efetuariam as cobranças do imposto com finalidade de manterem seus privilégios, foram aos poucos esquecidas. Nos artigos seguintes, já tendo o imposto sido aprovado, diante do fato consumado, passariam a questionar a aplicação e proveito do imposto para a população e os sistemas de arrecadação.

A mudança de atitude desse jornal, formado na sua maioria por republicanos, poderia ser entendido como um reconhecimento da autoridade imperial, mesmo que não concordassem com o imposto, mas como havia sido aprovado restava apenas apontar para a melhor forma de utilizá-lo. Com isso, criaram outras expectativas para o debate da conjuntura política, mas não sobre as instituições imperiais, posto que agora restava apenas aceitar, contribuiriam, assim, também para a ordem social.

Também deu como fato consumado a discussão sobre a forma de aplicação do imposto para população uma vez que reconheciam que nada a esse respeito seria realizado de fato. As discussões promovidas pelos jornais giraram em torno do sistema de arrecadação e as irregularidades que poderiam gerar tais como a desigualdade na cobrança e a sobrecarga municipal. Criticava, principalmente, a forma como o imposto seria cobrado, uma vez que caberia a própria companhia de carris urbanos, combinar entre si, a melhor forma de arrecadar o imposto. A forma de

cobrança foi fixada no decreto 7.565 de 13 de dezembro, cujos artigos foram publicados na íntegra nas folhas da Gazeta, com claro sinal de indignação por parte do editorial.

Nos dias subseqüentes à aprovação da lei, a Gazeta fez uma serie de críticas apontando para as falhas que o sistema de arrecadação poderia causar, entre os questionamentos e críticas feitas, condenava-se a impressão de bilhetes concedida às companhias e, alertava-se para a possibilidade de poderem vir a transformar-se em papel moeda. Pediam esclarecimento ainda sobre as medidas de fiscalização por parte dos cobradores das empresas, os quais eram apontados como corruptos por esse jornal, na cobrança dos impostos.

Além disso, questionavam a pena prevista àqueles que se recusassem a pagar os impostos. Enfim, a Gazeta de Notícias até finais de dezembro, continuou a criticar o regulamento estabelecido pelo governo, através de sua coluna, sustentando toda sua argumentação na completa inviabilidade de regulamentação da lei, segundo a opinião de seus editores.

A intervenção da polícia nos casos de os passageiros não pagarem o imposto do vintém, também foi duramente criticado por esse jornal. Em relação a essa intervenção policial, a Gazeta procurou demonstrar as falhas legais da intervenção policial nesses casos da cobrança do imposto, alegavam que os passageiros que se recusassem ao pagamento não poderiam ser presos uma vez que não existia na lei prisão para a falta de pagamento de imposto. Dessa forma, a Gazeta foi montando seus argumentos contra o imposto, apontando para a ineficiência e a completa falta de base legal para se fazer cumprir.

O Jornal do Comércio também denunciou os interesses do setor privado, as companhias de bondes nos negócios da cobrança do imposto do vintém. Afirmava que mais uma vez esses interesses sobrepunham-se ao proveito público, pois a cobrança do vintém havia sido forjada para facilitar negócios das próprias companhias e não para reforçar a arrecadação do Estado. Sendo assim, no dia 28 de dezembro, o analista do mesmo jornal informa que

a cobrança do imposto era impraticável pelos meios legais, segundo as fórmulas que regem a arrecadação dos impostos, e S.Ex. não duvidou recorrer aos meios extraordinários e extralegais que consignou no seu regulamento.⁸

Essa visão sobre a cobrança do imposto apareceu ainda em cartas enviadas a esses jornais na seção de "Publicações a Pedidas", escritas em dezembro deste ano. Sob pseudônimos, os autores das cartas criticam o imposto e a forma como seria cobrado, corroborando com a opinião dos jornais acerca do assunto. Assinam as cartas como Sr. Lord Melville e Sr. Calonne. Nelas o tom ácido leva a suspeita de um complô estabelecido entre o governo e os advogados administrativos das companhias contra o bem público.

Em carta ao jornal em 28 de dezembro de 1879⁹ o Senhor Callone acusou o ministro Affonso Celso de alterar a redação final da lei segundo seus interesses e, com a finalidade de favorecer as companhias de bondes. Dentre as Companhias favorecidas estava, principalmente, a Botanical Garden que a partir da negociata com o governo, teve seus privilégios mantidos.

Outra questão abordada por Callone em suas cartas foi o fato de o imposto do vintém recair apenas para a população da Corte. Acreditava-se que em se tratando de uma proposta de lei que visava corrigir o déficit das contas do governo, o imposto deveria ser cobrado nacionalmente. Acusou mais uma vez os interesses das companhias estabelecidas no Rio de Janeiro de intencionar aumentar seus lucros.

Nas cartas enviadas pelo Lord Melville¹⁰ existia o mesmo cunho de denuncia de negociatas, mas agora entre o governo liberal que compunha o gabinete naquele momento na figura de Sinimbus e do Ministro da Fazenda Affonso Celso e a Companhia Botanical Garden Rail Road Company. Segundo Melville, o objetivo da negociata que envolvia a permanência dos privilégios da companhia na exploração e exclusividade dos serviços de forma monopolista de uma determinada região da cidade por onde a empresa estendesse suas linhas. Esse acordo, previa o direito de desapropriação de imóveis em função das exigências do serviço prestado.

⁸ Jornal do Comércio, 1879.

⁹ Gazeta de Notícias- seção Publicação a Pedido, p.03

¹⁰ As cartas de Lord Melville foram publicadas no Jornal do Comércio nos dias 13 a 31 de dezembro de 1879; Publicação a Pedido.

A denúncia da negociata que fazia esses dois senhores através da imprensa, relacionava-se ao fato de o contrato firmado entre o governo e a companhia sobre a exploração das linhas de bondes da cidade estar expirando. O acordo permitia à companhia, através da lei 1733 de março de 1856, privilégios de 20 anos, que depois foi aumentado para 30 anos, a partir data de 1858 pela lei 2142. Sendo assim o prazo do privilégio iria até 1886. Por isso a companhia acordava junto ao Governo a prorrogação dos privilégios por mais alguns anos. Para Melville, a permanência dos privilégios da companhia prejudicaria sensivelmente os cofres públicos, uma vez que impediria a livre concorrência. Com a livre concorrência nos meios de transporte, que serviam a cidade, o governo garantiria aos cofres públicos uma arrecadação maior através dos impostos.

Nas cartas de Calonne e do Lord Malville podemos notar que eles não fazem uma crítica a figura do Imperador, nem mesmo da instituição do Império, ao contrário, a intenção era alertar D. Pedro II das negociatas que eram realizadas sem seu conhecimento. Não o acusam como participante dos negócios realizados pelo Ministro da Fazenda, mas sutilmente o criticam pela falta de conhecimento e atitude diante de uma lei que prejudicava a população.

Pedem, então, que a monarquia constitucional antes de preocupar-se com reformas hipócritas restitua à administração municipal seus encargos, fazendo dela a base da liberdade constitucional¹¹. Aqui aparece o descontentamento tanto em relação ao ultraje, por ser o município o único a pagar tal imposto, quanto da população penalizada pelos pesados impostos. Como pudemos notar, através dos editoriais dos Jornais de maior circulação do período quanto pelas cartas publicadas, que o debate sobre a cobrança dos impostos ganhou outro espaço de discussão. Os jornais contribuíram para abrir esse espaço na medida em que divulgavam as opiniões dos parlamentares, mas também para um público que se interessava por política.

Mesmo entendendo que os jornais não eram isentos de posição ideológica, pois como vimos muitos republicanos escreviam nas suas colunas criticando as políticas do Estado Imperial, a maior importância deles foi, no entanto, divulgar os debates na imprensa ampliando assim o campo das discussões políticas. À medida que as

¹¹Jornal do Comércio de 14 de dezembro de 1879; Publicação a Pedido.

informações chegavam às ruas eram absorvidas pela população e geraram novas dimensões que conduziram às manifestações nos primeiros dias do ano de 1880.

A dimensão desse conflito entre a população e as forças policiais demonstram a relevância desse fato. Entendemos que os interesses da imprensa e dos primeiros líderes do movimento se tornaram aos poucos diferentes dos outros manifestantes, porque por mais que a imprensa divulgasse uma opinião sobre o fato as pessoas comuns opinavam e refletiam o próprio cotidiano (Cultura Política, GOMES 2005).

Para fazer cumprir a cobrança do imposto do vintém, o governo recorreu às ameaças e à coação pela violência dos agentes policiais. O aparato policial era a garantia de restabelecer a tranquilidade da cidade, que de uma hora para outra se viu ameaçada pela “malta” ensandecida, numa nítida manifestação de incivilidade, segundo a visão dos críticos da revolta. Como cabia ao Estado zelar para que o caminho da civilidade fosse rapidamente percorrido, a força política atuou com rigor contra os manifestantes.

O governo armava-se contra os distúrbios já previstos, e assim “propalla-se calculadamente que a disposição da polícia estarão tropas de linha e imperiais marinheiros e a polícia derramará por toda cidade no 1º de janeiro”. Essas foram notícias que circularam através dos jornais a Gazeta de Notícias e do Comércio no dia 28 de dezembro de 1879.

Com a aproximação da data em que começaria a vigorar a arrecadação do imposto do vintém, no dia 1º de janeiro de 1880, o ambiente na Corte tornou-se mais tenso. As discussões que até então eram feitas através da imprensa extrapolam esse espaço e ganham as ruas, teatros e praças. As opiniões aparecem através da imprensa em forma de boatos, avisos, debates, artigos, quase sempre cartas enviadas com pseudônimos. Nessas cartas aparecem os descontentamentos, mas principalmente a propagação da idéia de um grande movimento social em resposta à cobrança do imposto.

A discussão gerada sobre o imposto do vintém aqueceu o ânimo dos cariocas. Assim as notícias sobre um possível levante são divulgadas pela imprensa

...oradores ardentes, ardentes demais, não se limitarão a discutir todos os arranjos (...) Levantarão no ânimo de numerosíssimo auditório que literalmente encheu o teatro, a

idéia de que (...) com a constituição e as leis em punho, tal resistência não é um crime e que o governo há de ver-se embaraçado em sérias dificuldades....¹²

Nas ameaças feitas, aparece a idéia de legitimidade do movimento social gerado pela cobrança do imposto. Como o imposto era visto como um ultraje à população do Rio de Janeiro, nada mais se podia esperar, então, que uma "revolução", um protesto contra o imposto infame.

As discussões ganharam a conotação de arregimentação social. Os espaços públicos, teatros, cafés e as ruas transformam-se em cenário para os alguns dos críticos do imposto, explicassem à população sobre os regulamentos das leis e as falhas legais.

Enquanto as manifestações contra o imposto agitam o cotidiano da cidade as autoridades prepararam-se para coibir qualquer manifestação da população "... diz-se que a revolução do vintém vai sahir a passeio, que a polícia e o exército estão em prontidão, que os fuzileiros navais desembarcaram, e os urbanos têm de fazer grande obra..."¹³.

Paulatinamente as discussões foram passando de crítica para a ação que culminaria numa revolta ou revolução no dia 1º de janeiro. Criava-se, então, antes do movimento acontecer, a idéia da "Revolta do Vintém". Os jornais incentivaram as manifestações, mas não motivam a população ao enfrentamento direto com as forças policiais.

Todavia reconheciam a possibilidade de ocorrer violência uma vez que o próprio regulando do imposto previa a participação das forças policiais para garantir o pagamento do imposto nas passagens de bondes. Nos jornais saem, porém, orientação para que a população haja "... sem grita sem açodamento, basta firme abstenção... que ninguém entre nos bonds, ninguém assente...."¹⁴. Mesmo referindo-se ao movimento que ocorreria no dia 1º janeiro de "revolução", a imprensa procurou

¹² Retirados respectivamente dos jornais Gazeta de Notícia e Jornal do Comércio em dezembro de 1879 na seção Publicações a Pedido.

³⁶ Manifesto dos políticos da rua do Carmo, in. Jornal do Comércio dia 03 de janeiro de 1879. gazetilha; p.01.

³⁷ Manifesto da Imprensa ao povo fluminense, in. Jornal do Comércio publicado no dia 04 de janeiro de 1880. p.01op.citManifesto da Imprensa

ajustar a direção desse movimento com a finalidade de conter os ânimos mais exaltados que pudessem por em risco a ordem social. O sentido de "revolução" que está presente nas cartas publicadas na coluna da Gazeta, não existiria o confronto violento entre a população e as forças policiais.

Antes mesmo do grande conflito ocorrido no início de janeiro de 1880, já em 28 de dezembro do ano anterior, a revolta se delineava, entre quatro a cinco mil pessoas, possivelmente respondendo a um apelo do jornal a Gazeta, essas pessoas reuniram-se em frente ao Palácio Mauá, no Campo de São Cristóvão, para entregar ao Imperador o pedido de cessação da cobrança de impostos sobre as passagens.

Segundo Alonso (2002), à parte do grupo dos liberais republicanos que defendiam as manifestações de rua, os conflitos eram encabeçados por figuras como Lopes Trovão, Ferro Cardoso e Pedro Costa os quais falavam, ou pretendiam, em nome da população, propor a grande revolução, pacífica e ordeira, para o dia 1º de janeiro.

A proposta seria, então, que os grupos de "letrados" liderassem o movimento contra esse Gabinete, incapaz de apresentar uma proposta orçamentária satisfatória e, não da instituição do Império. A reação, assim, se daria de forma ordenada, bastando o "povo" negar-se a comprar os bilhetes ou, mesmo deixar de pagar o imposto. Assim, a Gazeta e as facções oposicionistas apontavam para um movimento eficaz e seguro, sem arranhões às instituições governamentais.

Todavia, grande parcela da população da cidade foi desconsiderada pelos jornais ou mesmo por aqueles que conclamavam o "povo" para a manifestação de 1º de janeiro de 1880. As populações pobres, formadas por ex-escravos, imigrantes, homens livres sem ofícios entre outros tantos, não foram chamados à "revolução"¹⁵. A "revolução", segundo a visão da época, deveria ser liderada pelos "letrados", desqualificando dessa forma uma grande parcela da população da cidade. O "povo" para os grupos, que criticavam o governo nesse período, era visto como ignorante e incapaz de posicionar-se politicamente ou, então, era visto como "perigosos" uma vez

¹⁵ Jornal do Comércio, 04 de janeiro de 1880, seção Publicação a Pedido

que a falta de compreensão sobre o processo político, levavam-nos à barbárie, aos desvios inconscientes nas ações (Pamplona, 2003).

Os jornais reforçavam a idéia de que o povo não tinha interesse por assuntos relacionados à política¹⁶. A natureza pacífica do povo o acomodava a tudo que lhes impusessem. Esse concordava até com o Ministro e rendia-se às figuras divinas do Imperador por isso pagaria o imposto sem questionar. Esse fato, segundo os jornais da época, permitia que o governo realizasse qualquer tipo de arbitrariedade.

A imagem de povo despreparado para as ações políticas, desperta receios por parte de alguns leitores dos jornais os quais deixam sua impressão nas seções destinadas ao público. Nas cartas que são divulgadas, principalmente, pelo Jornal do Comércio a opinião era que o movimento gerado pela imprensa mais aguerrida incutia no povo maus sentimentos.

Em carta ao jornal do Comércio, um autor anônimo, explicitou a preocupação com a felicidade daqueles que aceitam a monarquia, assim:

Uma manifestação de maus sentimentos contra o governo ao ser iniciada (...) a cobrança do imposto por indivíduos que transitar nos carros das linhas urbanas, boato que toma corpo e encontra espaço em certa parte da imprensa diária, quando impensadamente aconselha a população (...) ao motim popular (...) ao que aspiram os agitadores, os oradores dos teatros e meetings, os foliculários da imprensa pequena, falando às massas, incutindo no ânimo do povo maus sentimentos que hão de afim, por acabar de perder a todos, enlutando a grande família brasileira, que vive feliz sob o governo monarchico constitucional representativo.¹⁷

Nessa carta aparece a idéia corrente de que o povo ou a massa como se refere o autor, era pacífico, mas que maus sentimentos poderiam insuflar o povo à revolta ou revolução como proclamavam na época. Comprometendo, assim, a ordem da sociedade e a própria permanência da instituição monárquica constitucional representativa. Aqui a imagem feita da população era de "massa" na acepção da palavra, ou seja, substância capaz de ser moldada de acordo com a vontade ou interesse de "agitadores" que poderiam comprometer a família brasileira. Não tendo

¹⁶ Sobre a passividade do povo, ver Gazeta de Notícias dos dias 01, 14,15,22,29 de dezembro de 1879;Semana Política e Chronica.

¹⁷ Gazeta de Notícias de dezembro de 1879.

vontade própria, "a massa" se deixa conduzir sem perceber que era "feliz sob o governo monárquico..."

Mesmo o Imperador diante da possibilidade do movimento, confia em carta enviada à Condessa de Barral, que "gente que explora o descontentamento que causa a falta de dinheiro"¹⁸, insuflando o povo à revolta contra o imposto do vintém... Para o Imperador o povo seguiria essa "gente" pela simples falta de dinheiro, mas seus interesses eram explorados e, não próprios. Os anseios da "massa" estariam, pois, apenas relacionadas à questão econômica que o imposto poderia causar nos bolsos da população sem dinheiro.

Paralelamente à visão de povo passivo e desinteressado por política, havia também aquela que julgava os homens livres e pobres como uma "classe perigosa", composta de todos os tipos de malfeitores que circulavam nas ruas da cidade. Esses "malfeitores" estariam sempre dispostos, segundo a percepção da época, a comprometer a ordem e os bons costumes da sociedade. Por isso que ao lado do pivô ordeiro a existência desses grupos deixava-se seduzir com facilidade aos apelos dos jornais.

A revolta forjada para o dia primeiro de janeiro de 1880, como veremos, saiu das ambições de líderes que pretendiam um movimento pacífico e ordeiro. A dimensão que o movimento tomou, fugiu dessas perspectivas e um grande número de pessoas, os malfeitores, ganharam as ruas, derrubando postes, tirando os trilhos dos bondes, enfrentando a polícia a pedradas. Durante quatro dias consecutivos, mostrava-se uma imagem diferente daquela produzida no início das discussões sobre o imposto do vintém. A imagem do povo ordeiro e desinteressado das questões políticas cedeu lugar à imagem, cada vez mais, de "classe perigosa".

A revolta se delineava no campo das discussões realizadas através, principalmente, dos jornais, dos meetings e das ruas. A figura que apareceu à frente

¹⁸ Carta de D. Pedro II a Condessa de Barral: 23 de dezembro de 1879; de 23 de dezembro de 1879; In. MAGALHAES, Raimundo: D. Pedro II e a Condessa de Barral, Ed. Civilização Brasileira S/A, 1956. RJ.

desse movimento foi, entre outros, Lopes Trovão¹⁹ que além de escrever para a Gazeta, também fazia discussões nas ruas da cidade contra o imposto. A população que acompanhava os discursos do jornalista Lopes Trovão, aprovava o encaminhamento de uma petição ao Imperador requerendo a revogação do regulamento do imposto do vintém para o dia 28 de dezembro.

Até este momento, a polícia militar, comandada por Félix José da Costa e Silva, atuou na tentativa de conter a aproximação da multidão aos arredores do Palácio. A multidão dispersou-se sem atingir o objetivo desejado, mas, com isso, os descontentamentos aumentavam em relação à atuação do Estado no trato com o público²⁰.

Todavia, após esse episódio, como noticia a Gazeta de Notícias em 29 de dezembro de 1879, o Imperador comunica a Lopes Trovão seu interesse em receber uma delegação. A negativa do jornalista foi incisiva, não voltaria ao Palácio uma vez que haviam lhe fechado às portas uma primeira vez e o acusado pelos “mantenedores da ordem” de ser o realmente desordeiro²¹.

No dia seguinte, dia 30 de dezembro, convocou a população, por meio de panfletos espalhados por toda a cidade, para um segundo comício previsto para o dia 1º de janeiro, quando o imposto sobre as passagens seria posto em prática. Propunha, ainda, aos passageiros o boicote ao pagamento do imposto, desafiando, dessa forma, a lei.

No dia seguinte, 02 de janeiro de 1880, a Gazeta registra assim o "tumulto" ocorrido no dia anterior:

¹⁹ Lopes Trovão, republicano e abolicionista escreveu para a Gazeta de Notícias artigos de críticas à monarquia. Participou ativamente da revolta do vintém, sendo reconhecido pelos jornais da época como o líder do movimento que insuflava o povo.

⁴³ Jornal do Comércio, 04 de janeiro de 1880, seção Publicação a Pedido

⁴⁴ Relatório do tenente-coronel comandante Antonio Eneas Gustavo Galvão ao Conselheiro, tenente-general e Visconde da Gávea tratando das ocorrências do dia 02 de janeiro de 1880, Diário Oficial p. 03 e 04.

⁴⁵ Relatório do tenente-coronel comandante Antonio Eneas Gustavo Galvão ao Conselheiro, tenente-general e Visconde da Gávea tratando das ocorrências do dia 02 de janeiro de 1880, Diário Oficial p. 03 e 04.

Tanto se tinha trabalhado por excitar aos ânimos que erão de prever distúrbios sérios hontem primeiro dia de cobrança do imposto sobre o transporte para linhas de trilhos urbanos. As primeiras horas do dia correrão tranqüilamente sem que nos conste que houvesse contestação séria com os passageiros dos carros; da Companhia Botanical Gardem sabemos com certeza e das outras informou-nos que tinham dado instruções aos condutores para pedirem o imposto mas não fazerem questão do seu pagamento, nem molestarem os que o recusassem. Geralmente era pago (...).²²

Ao meio dia, porém, reuniu-se no largo do Paço, em volta do chafariz, crescido número de pessoas e tomou a palavra o Sr. Dr. Lopes Trovão, que declarou nada aconselhar ao povo, mas proporá a resistência, não activa, que é a da força, a da resistência, mas a passiva que é a recusa do imposto.

Até ao meio dia os ânimos apontavam para a resistência "passiva" como propunha Lopes Trovão, mas a partir desse discurso a situação tomou novos rumos. Os grupos dos manifestantes se dividem, segundo os jornais, em grupos menores, tomando as ruas da Uruguaiana, da Carioca, do Visconde do Rio Branco, Largo do São Francisco e, chegando até a Rua do Aterrado.

Neste momento a "revolução" não ocorre de forma passiva, os "amotinados", como registrou a Gazeta,

inutilizarão diversos bonds, arrancarão trilhos, esbordoarão cocheiros e condutores, esfaquearam animaes da Companhia Villa Isabel, aggreiram o commendador Drummond, dispararam tiros de revólver ferirão com uma estocada um agente de polícia, contundirão gravemente nas costas um urbano e ferirão levemente com fundos de garrafa alguns soldados.²³

Apesar das orientações de Lopes Trovão os acontecimentos tomaram um caminho, talvez não pensado por ele. Os "amotinados" participavam ativamente do processo contra o imposto do vintém, procurando outras formas de mostrar seus descontentamentos em relação à atuação do governo e das Companhias de bondes.

A ação direta e violenta desses populares contra bondes, trilhos e autoridades pretendia lembrar as autoridades imperiais à necessidade da manutenção da defesa dos interesses da grande parcela da população. Por isso, apelava ao Imperador uma

²³Gazeta de Notícias 1880.

postura de defesa em prol desses interesses. A manifestação realizada no Largo do Paço no dia dois de janeiro reuniu perto de quatro mil manifestantes que partiram novamente em passeata em direção ao Largo de São Francisco, onde se concentravam todas as linhas de bondes do centro.

Segundo os relatórios do delegado da 1ª Delegacia de Polícia da Corte, Carlos Alberto Bulhões, os amotinados arrancaram trilhos, esfaquearam mulas, viraram os carros, dispararam tiros e espancaram condutores. Diante desse quadro, a polícia agiu imediatamente, recebendo a ajuda de mais de 600 soldados da infantaria e cavalaria do exército para conter os ânimos da multidão.

Do enfrentamento entre os manifestantes e a polícia restou um saldo de 15 a 20 feridos e pelo menos, segundo relato oficial, três mortos na Rua Uruguiana. Sobre o resultado do conflito que vitimou três dos participantes, muitos foram os debates e tanto as autoridades quanto a população acusou-se de ter iniciado o conflito.

Diante da manifestação “ativa” dos populares, “tornou-se preciso o emprego das armas. Requisitada uma força dos 10º, 7º e 1º batalhões de infantaria, sob as ordens do Sr. tenente-coronel Eneas Galvão commandante deste último corpo, depois de feitas as intimações de lei, o Sr. tenente-coronel Eneas Galvão fez manobra e mandou carregar sobre os amotinadores que estavam na rua Uruguayana. O povo dispersou-se, no meio de vaías, pedradas e tiro de revólver. (...) No Largo de S. Francisco, onde se repetição as mesmas cenas, e na rua da Carioca a cavallaria do exército coadjuvada pela polícia, dispersou também os amotinadores. No Largo de São Francisco de Paula deram-se tiros de revólver”.

E mais: “Grande número de pessoas atacou os carros das linhas de Villa Isabel, Carris Urbanos e S. Cristóvão, levantando trilhos e rando bonds. Sete dos da Villa Isabel, forão quebrados e virados na Rua Uruguayana(...). Levaram-se paralelepípedos do calçamento (...)”

²⁴.

João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, bacharel em Direito pela academia Jurídica de Olinda em 1835, fez parte do Partido Liberal, foi eleito Senador pelo estado de Alagoas em 1856 e compôs o 27º Presidente de Conselho de Estado.

²⁴Jornal do Comércio e Gazeta de Notícias 1880.

Desse confronto direto com a infantaria de polícia, a Gazeta registrou vários feridos entre povo e soldados. A presença dos policiais, no entanto, não conseguiu acalmar os ânimos dos populares que participaram desse conflito. A ordem não foi estabelecida e os conflitos continuaram nos dias posteriores.

Mas a partir desses acontecimentos as instituições do governo, não trataram o povo como passivo, passando a intensificar a reação contra os revoltosos. Até mesmo, os jornais que antes propagavam a atitude desinteressada e passiva do povo diante a política, agora voltava para analisar a gravidade dos acontecimentos. Procuravam, pois explicar os acontecimentos identificando os responsáveis pela desordem e justificando as forças policiais.

A preocupação com a desordem transforma-se em apelo por uma reação mais contundente às autoridades com a finalidade de conter as "paixões" populares. Na edição do dia 15 de janeiro do jornal do Comércio, mesmo já passados os dias de confronto direto entre policiais e populares, chegam cartas para a seção Publicações a Pedido comentando o fato ocorrido nas ruas da cidade:

Os altos interesses desta nação, que (...) debate-se neste momento, contra as paixões populares (...) obrigão-nos a levantar o buril para convidar todos brasileiros, todos os bons amigos da ordem a tomar posição definida junto às instituições juradas que (...) à¹. vista da eloqüência dos fatos, se achão ameaçadas como a solitária cabana do camponês de ser assaltada por uma partida de tigres esfomeados e sedentos de sangue, tentando lançar-se da habitação da paz e da tranqüilidade, para convertê-la em antro de criminosos do que nos revolucionários entrincheirados em Pariz e Madrid (...)»²⁵.

O que antes seria apenas uma revolta contra um gabinete que adotava medidas antipopulares testemunho às comoções da França e da Espanha, com os populares, transformavam-se em revolta capaz de comprometer os altos interesses da nação. Nessa carta aparece a intenção de conclamar todos os brasileiros, mas somente aqueles que pretendiam manter as instituições juradas, a garantir a ordem, paz e tranqüilidade. O temor à reação popular dos "criminosos", era que partisse para uma

⁴⁸ Proposta e Relatório apresentado a Assembléia Legislativa

revolução social ameaçadora das instituições sagradas. Então diante das ameaças à ordem estabelecida apoiavam as atitudes das autoridades policiais.

A partir dos acontecimentos ocorridos no dia 1º de janeiro, as cartas que chegam ao Jornal do Comércio denunciam à participação de

mãos elementos que, estimulados pelos descontentes e anarchistas de profissão, podem por em perigo a ordem pública (...) obra nefanda de uma imprensa desvairada pela paixão e pelo ódio a tudo que na sociedade se eleva dos instintos selvagens que em toda parte do mundo distinguem os anarchistas de profissão.²⁶

5.4

A Imprensa e a Revolta do Vintém

Os jornais, mesmo servindo aos adversários, irmanavam-se na difusão da ideologia voltada para o progresso. Surgiram as empresas jornalísticas, substituindo, nos maiores centros urbanos, o jornalismo artesanal. Os jornais essencialmente opinativos propunham novos modelos editoriais cuja ênfase era para o artigo de fundo, o editorial, enquanto os diários apregoavam uma suposta neutralidade e compromisso com a verdade. O aspecto documental foi priorizado, e passaram a ser utilizadas a ilustração e a fotografia. Entretanto, a opinião, introduzida pelo editorial, não se misturava às colunas informativas. Ampliou-se o crescimento dos jornais e das revistas das colônias estrangeiras. A cidade de São Paulo, enquanto espaço urbano, assimilou os imigrantes italianos, alemães, espanhóis, franceses e árabes e portugueses, sendo que esses últimos predominavam no Rio de Janeiro.

Os jornalistas ditavam a nova forma de vida, contrariando a Igreja e até mesmo influenciando a formação de um novo padrão de linguagem e de uma nova consciência. Entretanto, a guerra trouxe as primeiras dificuldades motivadas pelos problemas relativos à importação de papel, enquanto os jornalistas assalariados se

²⁶Jornal do Comércio e Gazeta de Notícias na 2ª sessão da 18ª legislatura em 08 de maio de 1879:

ressentiam da situação. Os intelectuais, em geral, dirigiam-se para o jornalismo, mas também para o funcionalismo público e para a política. Neste impulso que os direcionou para a política, surgiram às primeiras sociedades em defesa da classe: a Sociedade Brasileira dos Homens de Letras e a Sociedade dos Autores. Estas últimas, visando ao fortalecimento da defesa dos seus direitos de autor perante as casas editoras.

Por intermédio das publicações periódicas, os intelectuais puderam exercer suas funções como formadores de opinião. Nos jornais e nas revistas, nos *magazines* de luxo, a atuação deles era intensa, através dos editoriais, das crônicas, das poesias, dos folhetins. Na busca constante de espaços para expressarem suas idéias, a revista feminina se apresentou como um espaço ideal.

No final do século, cerca de 20 jornais republicanos apareceram defendendo o novo regime. O jornal *A República* surgiu em 1870 e a partir de 1880, surgiram *O País* e o *Correio da Manhã*, que se anunciam como independentes, enquanto o *Jornal do Brasil* introduzia muitas inovações no parque gráfico, todos publicados no Rio de Janeiro. Este último defendia a bandeira monarquista, até que Rui Barbosa passou a integrar o seu corpo editorial. Merece destaque o papel do *Correio da Manhã* que se vangloriava em dar ênfase à informação em detrimento da opinião.

Desde 1870, os jornais se dividiam entre os que apregoavam a falência da monarquia e outros, por oposição defendiam o novo modelo político. Esses "anarquistas de profissão" que haviam sido estimulados por uma imprensa desvairada, apontados na carta, e cujos atos selvagens punham em perigo a ordem pública foram identificados pelo chefe da delegacia da Corte, Carlos Alberto de Bulhões Ribeiro.

Entre os participantes anarquistas aos quais se refere o delegado estavam figuras como Lopes Trovão e Ferreira Menezes, o tenente José Carlos de Carvalho, José do Patrocínio e Ferro Cardoso, todos ligados às idéias republicanas e ao jornal *Gazeta de Notícias*. Juntos estavam, como citou o comandante Eneas Galvão, presentes "de pessoas de pouca importância". Através dos relatos oficiais reconheciam a participação dos "anarquistas", mas também de gente "sem

importância" nos distúrbios ocorridos na cidade. Acusavam os republicanos de liderarem essa população de descontentes

Para os observadores da revolta do vintém, a polícia, os jornais, os anônimos, que escrevem as cartas para serem publicadas e a ação popular estava relacionada às conspirações de "anarquistas profissionais" que incitaram as massas aos distúrbios. Nesse caso, as tropas do governo não atiravam contra o povo, mas contra aqueles que tinham interesse em desestabilizar a ordem pública.

Assim, mas uma vez, o "povo" aparece como ordeiro e pacífico, respeitador das instituições que, no entanto, se deixou contaminar por incitadores profissionais. Dessa forma, o episódio ocorrido nos dias 1º, 2, 3 e 4 de janeiro não representava um movimento social de caráter popular, transformando-se em provocação de "anarquistas". Não admitiam que o povo da cidade estivesse nas ruas quebrando os bondes, arrancando os trilhos, levantando barricadas contra a polícia, agredindo urbanos.

A desordem ocorrida, a luta, o confronto declarado, segundo as autoridades do período, não seria prática política comum do povo. Até o Imperador não acreditava no caráter político dessa revolta. Na carta que enviou a Condessa de Barral relatou "... que durante 40 anos não foi preciso empregar a força como tal contra o povo... creio que as desordens não têm caráter político por ora..."

Para tantos, o povo não fazia política, precisando ser sempre guiados por pessoas com "maus sentimentos". Talvez essa percepção de que o povo agia apenas motivado por "anarquista", representasse a forma como o Estado relacionava-se com a sociedade, centralizando o poder ao assumir as iniciativas de mudanças, sempre no sentido de cima para baixo, já que poucos participavam efetivamente da vida política do país. A restrição à participação política dentro das instituições do Estado Imperial, também, favoreceu novos canais de expressão, como no caso as revoltas sociais.

No dia dois de janeiro, os conflitos entre as forças policiais e a população ainda se processavam nas ruas da cidade, um grupo de residentes identificados como advogados, legisladores, doutores, funcionários públicos e homens de negócio reuniram-se num Comitê de Paz com a finalidade de restabelecer a ordem pública. Promoveram um encontro com o Ministro da Guerra João Faustosa de Paranaguá,

responsável, segundo os membros do comitê, pelas ações das forças que resultaram na morte de "cidadãos não armados".

A comissão defendia dois pontos para por fim aos tumultos gerados pela ação dos policiais, a imediata revogação do imposto sobre as passagens de bondes e a deposição do Ministro da Fazenda Affonso Celso. Em realidade essa comissão aproveitava-se dos fatos para abalar as bases do Gabinete liberal formado por Sinimbu propondo a queda do Ministro da Fazenda. Enquanto a comissão articulava as idéias, os conflitos ainda ocorriam intensamente na cidade.

Diante da permanência dos conflitos de rua que se estendem até o dia três de janeiro, senadores e deputados liberais reuniram-se na casa do senador José Inácio da Silveira da Motta, a fim de assinarem um manifesto contra o gabinete com as mesmas intenções dos da Comissão anterior, o pedido do fim do imposto.

Em discurso feito no Parlamento, o próprio Silveira da Motta, justifica a reunião ocorrida em sua casa como uma "missão oficial" para tratar dos negócios públicos, pois não poderiam permanecer calados diante dos acontecimentos que ensangüentavam a cidade, cabendo às autoridades parlamentares defenderem o "povo" contra as forças militares que agiam de maneira brutal contra eles.

Ofereceram, por fim, seus serviços "aos perseguidos e oprimidos", mas ao mesmo tempo pedindo calma ao povo para que confiasse defesa feita por eles do seu interesse. Punham-se, agora, como legítimos defensores do povo e se prestam, como voz junto às instituições políticas, a por fim aos seus sofrimentos. As reformas hipócritas às quais se referem, seria a reforma eleitoral que também era ponto de discussão no período e atizou muitos descontentamentos e discursos inflamados dos jornais citados.

Criticavam, ainda, a ação da polícia que, segundo eles, teria provocado os incidentes uma vez que agindo de forma desvairada, atirou contra a massa, transformando a reunião ordeira em um banho de sangue. O interessante do discurso dos "políticos da Rua do Carmo" está no fato de que todos eles não haviam se oposto à cobrança dos impostos. Somente após os distúrbios ocorridos na cidade, o imposto passou a ser desqualificado.

Aproveitavam-se, então, dos conflitos para atacarem o Gabinete, mas com todo o cuidado de não ferir as instituições, por isso pedem calma ao povo, arrogando-se com seus defensores. Pediam que a população mantivesse a calma e a moderação uma vez que a forma assumida pelas manifestações não agradava àqueles que defendiam as instituições imperiais.

Mesmo Lopes Trovão que no início das discussões sobre o imposto, conclamava a participação do povo pediu que respeitassem a propriedade e que voltassem

aos vossos labores quotidianos, não mais seja esta grande cidade theatro de scenas tumultuárias. Mostrai-vos dignos filhos do Brasil, e dai ao mundo o grande exemplo de um povo que sabe zelar a sua liberdade sem sahir da ordem (...)

Foi notória, então, a forma como algumas autoridades do império se apropriaram do movimento do vintém. Mesmo que a princípio pretendessem um movimento sem violência e paixões, agora observando a turba nas ruas da cidade em confronto direto com a polícia, proclamam-se os distintos defensores de seus interesses contra o malfadado imposto. Em artigo da Revista Ilustrada, notamos o ar sarcástico com o qual se refere à mudança de postura das autoridades frente ao conflito social estabelecido na cidade.

Vendo por sua parte os senadores e deputados liberaes em opposição ao governo liberal, que o povo em maior da felicidade tem tanto as balas do governo como as balas da secreta e da que é, não podem conter-se e vão reunir-se, discursarem e decidirem... que hão de decidir alguma coisa(...)²⁷.

Apelos para que o "povo" mantivesse a moderação e a prudência e mesmo a resignação se fosse preciso, foram feitos pelos principais jornais que circulavam na cidade. Assim reconheciam que “já o povo mostrou assas os seus desejos, ao governo”.

²⁷ Jornal do Comércio, 14 de dezembro de 1870, Publicação à Pedido, A.S.M. Imperador - Jornal do Comércio dias 26, 27 e 30 de dezembro de 1879; Publicações à Pedido, Imposto do transporte.

Entretanto, e para não perderem tempo, sempre vai avisando ao povo que elles lá estão às ordens, e se houver muitas mortes e muita desgraça, elles lá estarão sempre firmes no seu posto, de onde não sahirão, por forma alguma, visto a disposição em que se acham de sempre estarem... em disposição de fazer alguma cousa. Feliz sempre o povo fluminense! (...) ²⁸.

Desde os primeiros discursos de oposição ao imposto sobre o vintém, ainda nos últimos meses de 1879, percebemos interesses dos grupos liberais, republicanos e mesmo de conservadores contra o Gabinete Liberal de Sinimbu. Criticavam a incapacidade desse gabinete em realizar reformas as quais julgavam importantes para a sociedade, como a reforma no processo eleitoral que há muito tramitava pelo Parlamento.

Além disso, avaliavam desfavoravelmente a lei orçamentária proposta e acusavam o Parlamento de aprovarem uma lei que criaria oportunidade para realizar grande negociata entre o governo, na figura do Ministro Affonso Celso e as Companhias de bondes tendo em jogo a prorrogação de seus privilégios. Pretendiam com isso, evidenciar que tal imposto atingiria apenas a Corte.

Diante das discussões geradas, propunham contra a cobrança do imposto uma "revolução" pacífica e ordeira que se caracterizaria, simplesmente, pela negação à compra de bilhetes ou à recusa do pagamento do imposto. A proposta revolucionária não pretendia a participação da camada mais empobrecida e marginalizada da sociedade da cidade, uma vez que acreditavam na sua passividade e alienação frente às questões políticas.

A princípio era esse o projeto oposicionista que, até então, vinha sendo estampado nas folhas da Gazeta de Notícias, jornal de propriedade do republicano Pedro Costa, cujas colunas eram elaboradas por Lopes Trovão, Ulbaldino do Amaral, Ferreira Viana, Ferro Cardoso e José do Patrocínio, compondo um grupo de abolicionistas e liberais contrários ao gabinete de Sinimbu.

A discussão pública foi mantida dentro de determinados parâmetros que se traduziram no respeito à ordem, à lei e ao aparato institucional monárquico, pois não

²⁸ Jornal do Comércio, 14 de dezembro de 1870, Publicação à Pedido, A.S.M. Imperador - Jornal do Comércio dias 26, 27 e 30 de dezembro de 1879; Publicações à Pedido, Imposto do transporte.

interessava a nenhum dos contendores que os acontecimentos tomassem características de revolta social e pusessem em perigo as instituições.

Não previam a participação de uma população de descontentes, que apesar de não ser engajada politicamente num partido ou mesmo nas idéias políticas republicanas, saíssem às ruas provocando distúrbios à ordem constituída. Os descontentes enfrentaram a polícia, investiram contra lojas e bondes, o que não se limitou apenas ao dia 1º de janeiro de 1880, estendendo-se por toda a semana em vários pontos da cidade. O motivo dessa população descontente ter saído às ruas e dado prosseguimento à “revolução” não foi para assegurar o ideal republicano, nem tampouco para por fim a monarquia, pretendia-se apenas manter a suposta proteção imperial em relação aos interesses da população. Saíram às ruas contra um Gabinete que adotava medidas impopulares, mas não contra a monarquia.

No desenrolar do movimento aparecem nos documentos oficiais os perfis dos descontentes, como atestam são "estrangeiros", vagabundos, embriagados, empregados de cocheira, moradores de cortiço, carpinteiros, mulheres vadias, pretos livres e escravos.

Dessa forma, os documentos oficiais ao procurar desqualificar os revoltosos, apresentando-os como a "escória da sociedade", revelaram que a revolta estava além dos interesses dos republicanos, mas que essa população de homens e mulheres empobrecidos tinham interesses muito diversos dos da camada mais favorecida da sociedade do Rio de Janeiro. Os clamores das ruas não eram antimonárquicos e nem pediam o fim do Gabinete Sinimbu, sendo estas questões apenas empregadas nos discursos dos políticos.

Como os fatos do primeiro dia de revolta extrapolaram as expectativas dos críticos do imposto do vintém, aparecem nas cartas aos jornais, nos relatórios oficiais, em artigos de jornal do Comércio e da Gazeta, a opinião de que a revolta havia sido gerada por grupos antimonárquicos insuflada por republicanos, como Lopes trovão, Pedro Costa dentre outros. Exigiam que as forças públicas agissem com o máximo de rigor na repressão contra os amotinadores e contra aqueles que os seguiam.

Na opinião desse grupo, a revolta ocorreu devido à participação dos republicanos, apontavam, então, para o perigo revolucionário que campeava nas ruas da cidade.

Enquanto os conservadores apontavam para o perigo de dissolução do sistema monárquico, o grupo ligado aos republicanos ergueu suas vozes em nome da defesa dos interesses da população. Como porta-voz da população propunha a queda do Gabinete de Sinimbu e a revogação do imposto. Desta forma, utilizaram o descontentamento da população para terem seus interesses atendidos.

Ainda no dia 12 de janeiro a Revista Ilustrada lançou um manifesto, reproduzido a seguir, da imprensa ao povo fluminense fazendo uma análise sobre o movimento:

Gente feliz, o povo fluminense!”.

É conselho por toda a parte, amizade por todos os lados, manifestações por cá aquela palha, e louvor a Deus de gatinhas... e de cócoras quando Deus quiser.

Lembra-se o bom governo de taxar de novas imposições os habitantes do império(...) E como não há de esquecer-se da Corte para as ocasiões diffíceis ...e honrosas, nomeia para o imposto do vintém, sobre despesa e calculado sobre uma base de igualdade -pagando tanto o milionário como o miserável...

Vai depois o povo entender que pagar o vintém não é pouco (...) e então declara que não está para pagar o vintém ao condutor. O governo, sempre bem e sempre solícito, responde ao povo com toques de clarim de uma parada de tropas, que é mesmo um regalo...

Neste ínterim, o Partido Republicano que está mesmo à espera do melhor, fica a espreita a ver em que param as modas, e se for possível, no momento oportuno dirá ao povo qual a melhor forma de governo, na sua opinião... e põe seus serviços ao dispor do povo- sempre do bom povo fluminense, que nada entende da cousa, e só que é uma iniquidade pagar o vintém ao governo...

Então , o governo paternal, solícito amigo do povo, manda uma tropa ao seu encontro e saúda-o com uma boa carga ... que só ferio alguns e matou quatro... Fosse mau o governo, e não fora feliz o povo, e podiam ter morrido mais quatrocentos...

Vem em seguida a imprensa e, desejosa de também patentear seu interesse e sympathia a causa do povo, convida-o a ir para a casa satisfeita, e agradecendo a Deus, o que lhe mandou, que foi para o melhor, e não se esquecer de concertar o traseiro das calças... estragado pelos balanços na retirada...

Vendo por sua parte os senadores e deputados liberaes em opposição ao governo liberal, que o povo em maior tem tanto as balas do governo como as balas da secreta e da que não é, não pode conter-se e vão reunir-se, discursarem e decidirem... que não de decidir alguma coisa. Entretanto, e para não perder tempo, sempre vai avisando ao povo que elles lá estão às ordens, e se houver muitas mortes e muita desgraça, elles lá estarão sempre firmes no posto, de onde não sahirão, pro forma alguma, visto a disposição em que se acham de sempre estarem... em disposição de fazer alguma cousa.Feliz sempre, o povo fluminense!²⁹.

²⁹ . O termo apareceu no Jornal Gazeta de Notícias 13 de dezembro de 1879 Assuntos p. 01.

O tom jocoso com que a Revista Ilustrada tratou a revolta do vintém favorece à idéia de que muitos interesses motivaram a eclosão desse evento. Republicanos históricos criticavam o governo abertamente e conclamavam o povo para juntos, pacificamente, fazerem a revolução. No entanto, não contavam com o desenlace do movimento, o quebra-quebra nas principais ruas da cidade e, a presença das tropas do governo na tentativa de conter o conflito. Como vimos, a tentativa de recuar o movimento, pedindo ao povo o retorno para as casas, foi em vão, pois ele tomou as ruas, lugar das exposições de idéias e reivindicações e continuou durante os três dias subseqüentes reagindo contra as tropas do governo.

Mas mesmo assim, a Revista Ilustrada, desconsiderou e desqualificou a atuação da população no movimento na medida que reforçava a idéia de que o povo era ignorante, pois se deixara conduzir pelos interesses dos republicanos, a imprensa e os próprios políticos de situação. Para a Revista, o povo havia sido fortemente repreendido pelo governo e também teria sido manipulado por grupos oportunistas interessados nas críticas contra o governo.

Nesse sentido, a Revista construiu uma imagem da manifestação popular de 1880 completamente esvaziada no momento em que não reconhece o povo como agente efetivo do movimento. São, pois, “gente feliz” o povo fluminense que sem qualquer projeto ou proposta política, lutou insuflado e se deixou arrastar inconsciente por grupos que diziam representá-los.

Apesar das divergências entre esses grupos, eles concordavam sobre a necessidade de se restabelecer a ordem pública. O primeiro grupo propôs a intensificação da repressão enquanto o segundo oferecia garantias em troca do retorno dos populares às casas. Fazia-se urgente que a ordem fosse mantida para que pudessem garantir seus projetos políticos.

Após esses episódios ocorridos no dia 1º de janeiro, nos dias posteriores, vários acontecimentos de distúrbios foram registrados em pontos diferentes da cidade. As ruas do Ouvidor, dos Andrada, a praia de Santa Luzia, de São Francisco Xavier, do Barão de Mesquita ainda foram palco dos enfrentamentos entre a polícia e os populares, como registrou o chefe de polícia Eduardo Pindayba.

Nos dias seguintes, o relato oficial somente registrou distúrbios menores e isolados, embora as tropas tenham permanecido em prontidão. No dia cinco de janeiro a polícia relatava o fim das ocorrências e das perturbações da ordem pública, tendo os bondes voltados a circular regularmente pelas ruas da cidade.

Os populares não se ativeram apenas aos ataques aos bondes que circulavam pela cidade ou na retiradas dos trilhos. A "revolução" do vintém converteu-se em um movimento mais amplo dessa camada da população. Nos registros policiais encontramos ataques à loja de armamento como a Casa Laport & Comp, confrontos entre populares, desordem nos sobrados e cortiços de onde partiam ataques às forças públicas e vários casos de "baderna" nos botequins, esquinas e praças que terminavam, freqüentemente, num enfrentamento contra a polícia. Dessa forma, os distúrbios revestiram-se de um caráter social na medida em que desobedeciam, constantemente, à ordem estabelecida que procurava preservar, sobretudo a da propriedade privada.

A revolta popular ocorrida em 1880 não demonstrou apenas o descontentamento da população em relação ao Gabinete de Sinimbu, nem tampouco apenas a questão sobre o aumento dos impostos de uma massa que servia para ser manobrada pelos republicanos. A revolta expressava o descontentamento contra a deslegitimação de um modelo de Estado em que os direitos eram tidos como concessão do Imperador, ou seja, buscavam os populares defenderem seus direitos dentro das próprias estruturas vigentes.

A revolta e os distúrbios mais violentos que caracterizaram estes primeiros dias do ano de 1880 foram contidos no espaço de uma semana em troca das forças imperiais nas ruas e da instituição do estado se sítio na cidade. Ao longo dos meses, a resistência pacífica e cotidiana à cobrança do imposto continuou, até que, finalmente, a ampla vitória dos acionistas se concretizaria com a queda do Gabinete Sinimbus em 20 de março de 1880 sendo logo substituído pelo Gabinete do Conselheiro Saraiva.

Os descontentes encontraram nas ruas um espaço possível de reivindicação de direitos costumeiros. Além das insatisfações diárias, da indignação em relação ao desrespeito social, do empobrecimento estava presente na revolta do vintém a preservação da "proteção" do Estado monárquico.

Como destaca Chalhoub (1996), a população do Rio de Janeiro ainda, no início do século XX, não havia superado as práticas de rotina da dominação senhorial vivenciando de maneira ambígua o desmoronar da escravidão e da política de produção de dependentes feitos pelo Estado imperial. “Mas de qualquer forma, rompiam com os quadros da ordem que o espaço político-institucional traçava como modelo participativo. Agora, as ruas eram o cenário para o desfile dos descontentes, daí o espanto de D. Pedro II ao afirmar que havia 40 anos que não se via movimento nas ruas da cidade. Todavia, ao longo de meses, continuou a resistência pacífica da população contra o imposto, pois muitos se negavam a pagá-lo”.

Os grupos dos opositores ao Gabinete Sinimbu viram concretizados seus interesses com a sua queda em 20 de março de 1880, sendo substituído pelo Gabinete Saraiva que iniciou as reformas eleitorais pretendidas, apesar da violência com que as autoridades enfrentaram os manifestantes, a pressão popular obteve resultado satisfatório, pois o governo revogou o imposto do vintém em setembro do mesmo ano.

O jornal Gazeta de Notícias era de propriedade de Joaquim Pedro da Costa. Na Gazeta participava da redação vários republicanos notórios, entre eles Lopes Trovão, Ubaldino do Amaral, Pedro Tavares, Ferreira Viana e José do Patrocínio.